

Teleconferência em 11 de fevereiro de 2009
ATA 58

De: Cecilia Gabutti

Para: Membros do Comitê Executivo

Participação de:

Indústria - presentes: Christopher Wells (Banco Real), Carlo Lovatelli (ABIOVE), Jan Kees (Unilever), Brigit Hofer (COOP)

Sociedade Civil - presentes: Luis Laranja (WWF), Cassio Franco Moreira (WWF), Pablo Frere (Fundapaz)

Produtores: Tiago Georgette, (Aprosoja)

Secretaria da RTRS presentes: Miguel Hernández, Cecilia Gabutti

Convidados: Ruth Nussbaum e Dawn Robinson da Proforest

Há uma modificação na ordem da agenda e começa-se com o tratamento da questão da Monsanto e da Syngenta e seu ingresso na RTRS

Aceitação da Monsanto e da Syngenta como membros, atores OGM (Debater)

A sugestão de começar por este assunto tem por base as reações negativas causadas pela sua aceitação como membros da RTRS. Faz-se uma referência ao comunicado do WWF Alemanha, que foi atacado por ser membro da RTRS, devido ao fato de o WWF ter uma postura contra a soja GM. Entretanto, Luis esclarece que, caso a intenção seja debater sobre a postura do WWF, seria melhor esperar a divulgação do comunicado formal que será feita pelo WWF, antes de debater a questão. Alguns consideram que seria melhor esperar, mas Miguel afirma que, seja qual for a postura adotada pelo WWF, a RTRS deve emitir um comunicado formal a respeito do assunto, em particular para ressaltar a posição neutra da RTRS em relação à soja GM, pelo fato de a reação do WWF ser possivelmente a primeira de muitas reações negativas. Vários integrantes do CE concordam com a necessidade de emitir um comunicado para reforçar a posição neutra da Associação, mas Brigit pede para vê-lo antes de sua publicação. São discutidas algumas ideias acerca do conteúdo do texto para divulgação: o fato de a RTRS ser uma organização multissetorial, aberta ao diálogo e inclusiva - todos os fundamentos lógicos que orientam a tomada de decisões na RTRS. É isto que temos de comunicar. Há ainda uma opinião sobre a necessidade de levar em consideração 2 aspectos: (1) a comunicação: a RTRS deve comunicar a adoção de uma postura clara e genérica nestas questões; e (2) o impacto financeiro possível causado por esta aceitação. Para resumir, Jan Kees diz que cerca de 90% dos produtores na Argentina, no Brasil e no Paraguai utilizam soja GM, o que significa que, em termos financeiros, simplesmente não podem ser excluídos. Também esclarece que, nos contratos negociados e assinados com doadores, não há restrição alguma quanto à aceitação de membros relacionados com soja GM. Temos de aceitar que a soja GM existe.

Uma sugestão do Tiago faz referência ao processo de aceitação de novos membros: a ideia seria que os novos membros aceitos a partir de agora pagassem uma anuidade diferenciada, em reconhecimento às organizações e instituições que apoiaram a RTRS desde o início. Miguel comenta que haverá um espaço para discussão de todas estas sugestões durante a Assembleia Geral e que a ideia poderia ser encaminhada como moção ao Comitê Executivo.

Conclusões:

- Esperar a definição e comunicação da posição oficial do WWF à RTRS.

- Reforçar a comunicação para reafirmar nossa posição neutra e comunicá-la aos membros. Isto também poderia ser feito através do site. O importante é demonstrar uma postura sólida.

- Algumas das ideias sugeridas serão apresentadas aos integrantes do CE para revisão do comunicado e comentário e posterior comunicação do mesmo aos membros da RTRS.

1. Aprovação da Ata

Não há comentários. A ata de dezembro (No. 57) foi aprovada, com algumas modificações enviadas por Brigit.

2. Quadro de Membros (Informar)

- 13 novos membros
- 6 da Índia: 3 produtores e 3 da Sociedade Civil
- Temos 16 países
- 93 membros ao todo

Os responsáveis pela entrada dos novos membros da Índia foram Ashok Kumar (integrante do GD e colaborador do programa de extensão) e pelo programa Soypsy do Schokland Fund.

Conclusão:

- A RTRS tem 13 novos integrantes e é a primeira vez que temos a adesão de membros da Índia, um dos países-alvo do programa de extensão

3. Finanças da RTRS (Informar)

82.000 euros na conta do UBS. A despesa mais alta foi o pagamento de 22.000 euros à Proforest, por serviços prestados no GD.

Estamos à espera das seguintes transferências:

IDH
SECO

Anuidades dos membros com vencimento no início do ano

Há preocupação generalizada com o depósito na conta do UBS, em virtude da incerteza decorrente da crise financeira. Após consultar alguns integrantes do Comitê, chegamos à conclusão de que a forma mais segura de distribuir o risco é abrir outra conta em outro banco, talvez num Banco holandês.

Luis Laranja tem de sair da teleconferência e Cassio o substitui durante alguns minutos.

Conclusão:

- A despesa mais importante na conta do UBS foi o pagamento de serviços prestados pela Proforest.

- Esperam-se transferências à conta de doações pendentes e anuidades de 2009

- Abertura de outra conta em nome da RTRS em um banco na Holanda

4- Planos para depois de maio de 2009 (Debater e decidir quais medidas devem ser adotadas)

Convidadas: Ruth e Dawn da Proforest

Cassio tem de sair da teleconferência.

Testes de Campo:

Dawn explica que a ideia foi ressaltar o papel da Secretaria. É necessário reforçar o seu papel para atender as atividades que estão sendo programadas para 2009. O objetivo dos testes de campo é corrigir as falhas e fazer as modificações necessárias. Brigit considera que talvez fosse melhor ter informação orçamentária sobre cada uma das atividades. No entanto, Dawn afirma que levaria tempo para orçar as atividades e que os orçamentos variariam conforme as opções escolhidas. A opção 1 inclui muitas pessoas e talvez a segunda fosse mais aconselhável. O que fica claro em ambos os casos é que a Secretaria terá de fazer um grande esforço, afora a necessidade crucial de se chegar a uma definição concreta antes da Assembleia, em virtude das altas expectativas em torno do assunto.

Há uma dúvida: É necessário elaborar as interpretações nacionais antes dos testes de campo? Ruth explica que elas podem ser realizadas paralelamente, embora exista uma postura no Comitê no sentido de que talvez não seja necessário elaborar as interpretações nacionais com tanta pressa. Ruth fala sobre a probabilidade de muitas organizações desejarem participar dos testes de campo e de a RTRS poder escolher os locais e manter as despesas mais baixas em virtude dessa ajuda, embora o processo exija algumas despesas e recursos de coordenação e organização.

No Comitê há consenso em torno da conveniência de considerar as 2 opções e de que talvez seja possível obter o apoio de alguns membros da RTRS para estas atividades.

Dawn sugere que talvez seja possível reduzir os custos mediante a condução de testes de campo por membros da RTRS, que financiariam os testes, evitando o pagamento de serviços de consultoria.

Jan Kees tem de sair da teleconferência.

Há uma sugestão de manter uma reunião física antes para discutir estes temas que são complexos demais para serem tratados somente pelo telefone e em pouco tempo.

Miguel pensa que deveríamos ter respostas a vários destes pontos antes da Assembleia.

Proforest sugere a possibilidade de apresentar um relatório mais detalhado sobre as próximas atividades.

É importante priorizar as atividades de certa forma: o ponto 5 sugere criar um grupo de desenvolvimento que trabalharia paralelamente aos testes de campo. No entanto, Chris insiste em que não temos orçamento e recursos humanos para todas estas atividades. Ruth tem uma postura positiva, e pensa que é uma questão de comunicar isto às pessoas certas para obter os recursos necessários.

Quando os documentos referentes aos Princípios e Critérios e Cadeia de Custódia estiverem prontos, teremos de definir o Sistema de Certificação, que é um elemento crucial e precisará de muitos recursos. Devemos pensar agora sobre todos estes recursos e as fontes de financiamento necessárias.

Alguém pede a opinião do Miguel, e ele responde que, quanto à necessidade de recursos, já fez dois pedidos, mas não obteve ainda resposta do IFC, da Fundação Príncipe de Mônaco, ou da Embaixada dos Países Baixos.

Chris pede ao Miguel para enviar um email com as atividades que a Secretaria poderia realizar e quais seriam as mais urgentes ou não. Isto é fundamental para definir o que podemos e não podemos fazer.

Miguel pede que Ruth e Dawn coloquem o documento em ordem cronológica, priorizando as atividades e apresentem uma estimativa financeira para cada atividade.

Conclusão:

-A Proforest apresentará um novo documento com as atividades colocadas em ordem cronológica e com as prioridades de execução, assim como uma estimativa financeira para cada.

- Miguel analisará o novo documento e apresentará ao CE algumas conclusões referentes ao mesmo a respeito dos recursos e da competência da Secretaria para atender a estas novas atividades.

5- Perguntas da Dutch Soy Coalition (debater e responder)

Nota: os membros do Comité Executivo deram algumas respostas e lineamentos a estas perguntas e Miguel Hernandez preparou estas respostas

- 1) Quando e como será desenvolvido o procedimento de queixas e reclamações/ mecanismo de solução de controvérsias da RTRS? Quem será o responsável por este assunto no Comitê? Como já se disse várias vezes, o procedimento tem de estar implantado quando da aprovação do Código de Conduta e dos Princípios e Critérios. A Solidaridad ou (no caso de haver certificados comerciáveis) os membros da *Dutch Soy Coalition* estariam dispostos a ajudar neste sentido. Consideramos que há três possibilidades e que cada uma tem vantagens e desvantagens:
- O comitê desenvolve um procedimento (ou terceiriza este trabalho a uma organização externa à associação) e circula a informação relevante antes da GA3 para aprovação na GA
 - O comitê convida os membros de todos os 3 grupos a sugerir, sem demora, um procedimento/mecanismo para aprovação pelo CE e para sua posterior divulgação aos membros antes da GA
 - O comitê prepara os Termos de Referência para a elaboração deste procedimento por parte de um grupo de trabalho, que submeterá o resultado de seu trabalho após a GA. A posterior aprovação poderá ser realizada mediante um processo de votação por correio.

Quais destas opções estão sendo consideradas atualmente pelo comitê? Ou decidiu adotar outra opção? Como a sociedade civil pode participar do desenvolvimento do procedimento?

Resposta da RTRS:

O processo deve ser implantado durante 10-12 meses depois de maio de 2009. É necessário constituir um grupo de trabalho de especialistas, presidido por alguns membros do Comitê Executivo (composto pelos três grupos de interesse) e manter em torno de 4 reuniões.

O processo da RTRS visa a utilizar alguns documentos atuais da RSPO como base para discussão – especialmente o documento sobre Sistemas de Certificação da RSPO, mas também potencialmente documentos sobre a gestão da cadeia de fornecedores, declarações, logotipos e treinamento. Há uma preferência por tomar por base o trabalho realizado pela RSPO e de não inventar um sistema totalmente novo.

- 2) Comunicações e Declarações: o Código de Conduta não é muito específico sobre quais são as declarações que podem ser feitas. É de se presumir que um grupo de trabalho sobre comunicações e declarações será constituído na GA3. Quem será o responsável por este assunto no Comitê e como será o procedimento?

Resposta da RTRS:

Este trabalho pode ser realizado pelo grupo de trabalho mencionado na primeira pergunta e pelo mesmo grupo do CE. Recomenda-se realizar um estudo técnico sobre declarações / o uso do logotipo, assim como assessoria legal sobre regras para orientação do uso do logotipo, afirmações e declarações.

- 3) Interpretações nacionais. Como existe uma dificuldade de achar membros da sociedade civil para a RTRS e o GD, cabe uma consideração adicional nos processos de interpretação nacional neste sentido. De acordo com os membros da *Dutch Soy Coalition*, a RTRS deveria iniciar uma discussão aberta com não-membros da RTRS sobre as condições (do processo) para grupos locais da sociedade civil em países-chave como o Brasil e a Argentina. Quem é o responsável no comitê por este tema? Algo já foi organizado (com a ProForest, por exemplo) com vistas ao processo de interpretação nacional? Quais são as decisões a serem tomadas na GA3 em relação às interpretações nacionais?

Resposta da RTRS:

A RTRS já iniciou uma discussão com a Proforest sobre o mecanismo a ser adotado para as interpretações nacionais. É aconselhável começar com os principais países produtores de soja. O processo pode começar após o período de testes de campo dos Princípios e Critérios, com um ano de duração, enquanto o Grupo de Desenvolvimento trabalha no desenvolvimento de normas sobre o processo e o conteúdo dos resultados. É de suma importância reforçar a competência da Secretaria na área de comunicação no intuito de manter atualizados o site e a informação referentes ao processo.

- 4) Há algum membro do comitê que exerce a função específica de acompanhar o programa de extensão? Quais foram os avanços alcançados pela equipe do programa de extensão em recrutar participantes para o processo de definição do conteúdo das interpretações nacionais (especialmente dos grupos de produtores / sociedade civil)?

Resposta da RTRS:

Na última reunião do CE em novembro de 2008, houve consenso em torno da necessidade de a Secretaria enviar informações mensais atualizadas a respeito do programa de extensão, para posterior revisão durante a teleconferência do CE.

O programa de extensão foi implantado há 3 meses e a RTRS já tem 13 novos membros, incluindo 6 da Índia (3 produtores e 3 da sociedade civil).

- 5) Membros da *Dutch Soy Coalition* estão preocupados sobre a possibilidade de a Associação RTRS não contar com suficientes recursos financeiros e humanos para atender todas estas questões. O caso da RSPO mostra que a falta de competência na secretaria pode causar demora na realização de atividades essenciais (de extensão, painel de revisão de auditoria). Esta demora deve ser prevenida na RTRS. A *Dutch Soy Coalition* continua a se interessar na possível adoção de um plano estratégico plurianual pela RTRS.

Resposta da RTRS:

A RTRS está elaborando um plano detalhado de atividades para depois de maio de 2009, no qual avaliamos os recursos humanos disponíveis para futuras atividades, assim como

os meios necessários, no intuito de considerar as possíveis lacunas e tomar medidas relevantes.

- 6) Para finalizar, em uma conversa com o Miguel, entendi que o Código de Conduta será distribuído aos membros do GD antes da GD5. Suponho que, a partir desse momento, poderei examinar o documento com meu grupo. No entanto, como o Código de Conduta (que contém uma descrição das obrigações dos membros da RTRS e da cadeia de fornecedores) e os Princípios e Critérios (para produtores) estão estreitamente ligados, foi difícil realizar uma avaliação completa dos Princípios e Critérios por causa da indisponibilidade deste documento durante o processo de consulta. Além das queixas sobre a falta de transparência da RTRS (ao não revelar o conteúdo do Código de Conduta), há ainda (atualmente) reclamações a respeito da falta de participação das organizações sociais que fazem parte da *Dutch Soy Coalition*. Membros da *Dutch Soy Coalition* pedem a divulgação imediata deste documento.

Com a aproximação da data de apresentação dos Princípios e Critérios da RTRS e da conferência RT4, os membros da *Dutch Soy Coalition* devem assumir uma postura em relação ao processo, às ferramentas e aos documentos da RTRS. É, portanto, importante fornecer, sem demora, esclarecimentos sobre os pontos aqui mencionados.

Resposta da RTRS:

Desde o início do processo, houve consenso sobre a disponibilização para consulta pública dos documentos referentes aos Princípios e Critérios e ao Mecanismo de Verificação. O Código de Conduta foi elaborado pelo Grupo de Desenvolvimento, para posterior revisão e aprimoramento por parte do Comitê Executivo, o que foi feito durante a última reunião do CE em novembro de 2008.

O Código de Conduta foi encaminhado aos membros do GD em preparação para a próxima reunião, com base no entendimento de que este documento ainda não é público e que será enviado a todos os membros com antecedência antes da Assembleia Geral.

Conclusão:

-A Secretaria responderá as perguntas com base nos elementos da discussão e submeterá ao Comitê Executivo o documento final antes de enviá-lo à Dutch Soy Coalition, no intuito de apresentar o feedback final e a postura unificada da RTRS.

6- Outros Assuntos: Código de Conduta

Carlo comenta que nos emails enviados fica claro que o Código de Conduta está pronto e é simplesmente uma ferramenta de trabalho para o grupo de desenvolvimento, e que a versão aprovada pelo Comitê é a versão final.

Brigit pergunta sobre os convites da Conferência. Miguel comenta que eles serão enviados em breve e que estamos à espera da confirmação de conferencistas para concluir a agenda. Temos o lugar e o material de marketing e estamos prestes a fazer os convites a todos os membros e a não-membros.

Luis Laranja volta para a teleconferência e comunica a posição oficial do WWF. A postura oficial é apoiar a RTRS, embora o WWF tenha uma posição contra a soja geneticamente modificada. Esse foi o resultado da teleconferência do WWF. Luis mandará um documento sobre o assunto para a Secretaria.

Luis Laranja informa que deixará de trabalhar para o WWF para aproveitar outras oportunidades profissionais e enviará uma nota sobre isso ao Comitê Executivo, em virtude da necessidade de nomear um substituto para atender às questões relacionadas com a RTRS. Também menciona que estará em contato com o WWF através de seu trabalho de consultoria, que possibilitará um vínculo indireto com a RTRS.

Conclusão:

- **O Código de Conduta é definitivo e será utilizado somente pelo Grupo de Desenvolvimento como ferramenta de trabalho, sem incluir modificações ao texto**
- **O WWF apoiará a RTRS oficialmente em sua decisão de aceitar a Monsanto e a Syngenta como membros**

6- Lista de ações pendentes (rever e atualizar)

Nº	Ação	Quem	Quando
1	Enviar resposta à Dutch Soy Coalition	Secretaria	O quanto antes
2	Nota ao CE sobre saída do WWF	Luis Laranja	No devido tempo
3	Breve informativo atualizado sobre a RT4	Secretaria	Dentro de algumas semanas